

Prefeitura Municipal de Cuiabá do Estado do Mato Grosso

SMASDH-MT

Pedagogo

Edital de Processo Seletivo Simplificado para Contratos Temporários Nº 001/2018/GAB/SMASDH

MR057-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Cuiabá do Estado do Mato Grosso - SMASDH-MT

Cargo: Pedagogo

(Baseado no Edital de Processo Seletivo Simplificado para Contratos Temporários
Nº 001/2018/GAB/SMASDH)

- Língua Portuguesa
- Noções de Informática
 - Legislações
- Conhecimentos Específicos

Autora

Ana Maria

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação / Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Camila Lopes
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Mirian Astorga
Julia Antoneli

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.....	83
2. Estruturação do texto e dos parágrafos.....	04
3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais.....	07
4. Significação contextual de palavras e expressões.....	76
5. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.....	63
6. Emprego de tempos e modos verbais.....	07
7. Pontuação.....	50
8. Estrutura e formação de palavras.....	04
9. Funções das classes de palavras.....	07
10. Flexão nominal e verbal.....	07
11. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	07
12. Concordância nominal e verbal.....	52
12. Regência nominal e verbal.....	58
13. Ortografia oficial, acentuação gráfica (Novo Acordo Ortográfico).....	44

Noções de Informática

Word, Excel, Sistema Operacional windows, aplicativos do pacote Microsoft Office, Conhecimentos de Internet e e-mail.....	01
---	----

Legislações

1. Resolução CNAS nº 145, de 15/10/2004 – Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Princípios, Diretrizes, Objetivos, Usuários, Assistência Social e as Proteções Afiançadas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade).....	01
2. Lei 12.435, de 06/07/2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.....	01
3. Resolução CNAS nº 109, de 11/11/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.....	05
4. Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso.....	06
5. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.....	17
6. Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	61
7. Decreto/2009 – Política Nacional para a População em Situação de Rua.....	67
8. SINASE Lei n. 12594/2012.....	69
9. Lei Nº 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente.....	82

Conhecimentos Específicos

1. Desenvolvimento motor, cognitivo e psicossocial.....	01
2. Corporalidade e movimento.....	08
3. Artes na Educação Infantil.....	13
4. Aprendizagem por meio de atividades lúdicas.....	13
5. Recreação e Lazer.....	23
6. Aprendizagem por meio de diferentes linguagens.....	24
7. Cuidar e Educar na Educação Infantil.....	31
8. Ensino e aprendizagem por meio de projetos.....	34
9. Os princípios de conviver, brincar, participar, explorar, comunicar e conhecer - se.....	34
10. Uso das tecnologias na educação.....	36
11. Diversidade: integração e inclusão.....	39
12. A função social da educação.....	41
13. A participação social do jovem e adulto na sociedade contemporânea.....	43
14. Alternativas de trabalho didáticos com jovens e adultos.....	45
15. Educar e cuidar.....	51
16. A documentação pedagógica (planejamento, registro, avaliação).....	52
17. Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância e relação creche família.....	57
18. As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis.....	71

LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do "que" e do "se".....	100
Varição Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (di = dois + grafo = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Word, Excel, Sistema Operacional Windows, aplicativos do pacote Microsoft Office, Conhecimentos de Internet e e-mail.01

**WORD, EXCEL, SISTEMA OPERACIONAL
WINDOWS, APLICATIVOS DO PACOTE
MICROSOFT OFFICE, CONHECIMENTOS DE
INTERNET E E-MAIL.**

WINDOWS 7

O Windows 7 foi lançado para empresas no dia 22 de julho de 2009, e começou a ser vendido livremente para usuários comuns dia 22 de outubro de 2009.

Diferente do Windows Vista, que introduziu muitas novidades, o Windows 7 é uma atualização mais modesta e direcionada para a linha Windows, tem a intenção de torná-lo totalmente compatível com aplicações e hardwares com os quais o Windows Vista já era compatível.

Apresentações dadas pela companhia no começo de 2008 mostraram que o Windows 7 apresenta algumas variações como uma barra de tarefas diferente, um sistema de "network" chamada de "HomeGroup", e aumento na performance.

· Interface gráfica aprimorada, com nova barra de tarefas e suporte para telas touch screen e multi-táctil (multi-touch)

- Internet Explorer 8;
- Novo menu Iniciar;
- Nova barra de ferramentas totalmente reformulada;
- Comando de voz (inglês);
- Gadgets sobre o desktop;
- Novos papéis de parede, ícones, temas etc.;
- Conceito de Bibliotecas (Libraries), como no Windows Media Player, integrado ao Windows Explorer;
- Arquitetura modular, como no Windows Server 2008;
- Faixas (ribbons) nos programas incluídos com o Windows (Paint e WordPad, por exemplo), como no Office 2007;
- Aceleradores no Internet Explorer 8;
- Aperfeiçoamento no uso da placa de vídeo e memória RAM;
- Home Groups;
- Melhor desempenho;
- Windows Media Player 12;
- Nova versão do Windows Media Center;
- Gerenciador de Credenciais;
- Instalação do sistema em VHDs;
- Nova Calculadora, com interface aprimorada e com mais funções;
- Reedição de antigos jogos, como Espadas Internet, Gamão Internet e Internet Damas;
- Windows XP Mode;
- Aero Shake;

Apesar do Windows 7 conter muitos novos recursos o número de capacidades e certos programas que faziam parte do Windows Vista não estão mais presentes ou mudaram, resultando na remoção de certas funcionalidades.

Mesmo assim, devido ao fato de ainda ser um sistema operacional em desenvolvimento, nem todos os recursos podem ser definitivamente considerados excluídos. Fixar navegador de internet e cliente de e-mail padrão no menu Iniciar e na área de trabalho (programas podem ser fixados manualmente).

Windows Photo Gallery, Windows Movie Maker, Windows Mail e Windows

Calendar foram substituídos pelas suas respectivas contrapartes do Windows Live, com a perda de algumas funcionalidades. O Windows 7, assim como o Windows Vista, estará disponível em cinco diferentes edições, porém apenas o Home Premium, Professional e Ultimate serão vendidos na maioria dos países, restando outras duas edições que se concentram em outros mercados, como mercados de empresas ou só para países em desenvolvimento. Cada edição inclui recursos e limitações, sendo que só o Ultimate não tem limitações de uso. Segundo a Microsoft, os recursos para todas as edições do Windows 7 são armazenadas no computador.

Um dos principais objetivos da Microsoft com este novo Windows é proporcionar uma melhor interação e integração do sistema com o usuário, tendo uma maior otimização dos recursos do Windows 7, como maior autonomia e menor consumo de energia, voltado a profissionais ou usuários de internet que precisam interagir com clientes e familiares com facilidade, sincronizando e compartilhando facilmente arquivos e diretórios.

Recursos

Segundo o site da própria Microsoft, os recursos encontrados no Windows 7 são fruto das novas necessidades encontradas pelos usuários. Muitos vêm de seu antecessor, Windows Vista, mas existem novas funcionalidades exclusivas, feitas para facilitar a utilização e melhorar o desempenho do SO (Sistema Operacional) no computador.

Vale notar que, se você tem conhecimentos em outras versões do Windows, não terá que jogar todo o conhecimento fora. Apenas vai se adaptar aos novos caminhos e aprender "novos truques" enquanto isso.

Tarefas Cotidianas

Já faz tempo que utilizar um computador no dia a dia se tornou comum. Não precisamos mais estar em alguma empresa enorme para precisar sempre de um computador perto de nós. O Windows 7 vem com ferramentas e funções para te ajudar em tarefas comuns do cotidiano.

Grupo Doméstico

Ao invés de um, digamos que você tenha dois ou mais computadores em sua casa. Permitir a comunicação entre várias estações vai te poupar de ter que ir fisicamente aonde a outra máquina está para recuperar uma foto digital armazenada apenas nele.

Com o Grupo Doméstico, a troca de arquivos fica simplificada e segura. Você decide o que compartilhar e qual os privilégios que os outros terão ao acessar a informação, se é apenas de visualização, de edição e etc.

Tela sensível ao toque

O Windows 7 está preparado para a tecnologia sensível ao toque com opção a multitoque, recurso difundido pelo iPhone.

O recurso multitoque percebe o toque em diversos pontos da tela ao mesmo tempo, assim tornando possível dimensionar uma imagem arrastando simultaneamente duas pontas da imagem na tela.

O Touch Pack para Windows 7 é um conjunto de aplicativos e jogos para telas sensíveis ao toque. O Surface Collage é um aplicativo para organizar e redimensionar fotos. Nele é possível montar slide show de fotos e criar papéis de parede personalizados. Essas funções não são novidades, mas por serem feitas para usar uma tela sensível a múltiplos toques as tornam novidades.

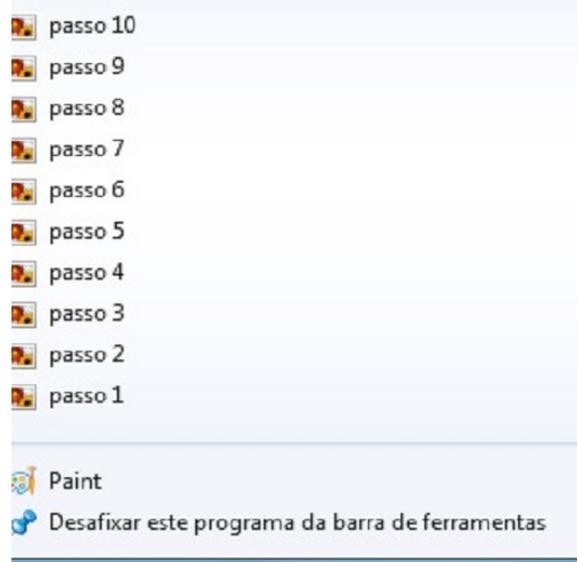


Microsoft Surface Collage, desenvolvido para usar tela sensível ao toque.

Lista de Atalhos

Novidade desta nova versão, agora você pode abrir diretamente um arquivo recente, sem nem ao menos abrir o programa que você utilizou. Digamos que você estava editando um relatório em seu editor de texto e precisou fechá-lo por algum motivo. Quando quiser voltar a trabalhar nele, basta clicar com o botão direito sob o ícone do editor e o arquivo estará entre os recentes.

Ao invés de ter que abrir o editor e somente depois se preocupar em procurar o arquivo, você pula uma etapa e vai diretamente para a informação, ganhando tempo.



Exemplo de arquivos recentes no Paint.

Pode, inclusive, fixar conteúdo que você considere importante. Se a edição de um determinado documento é constante, vale a pena deixá-lo entre os "favoritos", visto que a lista de recentes se modifica conforme você abre e fecha novos documentos.

Snap

Ao se utilizar o Windows por muito tempo, é comum ver várias janelas abertas pelo seu monitor. Com o recurso de Snap, você pode posicioná-las de um jeito prático e divertido. Basta apenas clicar e arrastá-las pelas bordas da tela para obter diferentes posicionamentos.

O Snap é útil tanto para a distribuição como para a comparação de janelas. Por exemplo, jogue uma para a esquerda e a outra na direita. Ambas ficaram abertas e dividindo igualmente o espaço pela tela, permitindo que você as veja ao mesmo tempo.

Windows Search

O sistema de buscas no Windows 7 está refinado e entendido. Podemos fazer buscas mais simples e específicas diretamente do menu iniciar, mas foi mantida e melhorada a busca enquanto você navega pelas pastas.

Menu iniciar

As pesquisas agora podem ser feitas diretamente do menu iniciar. É útil quando você necessita procurar, por exemplo, pelo atalho de inicialização de algum programa ou arquivo de modo rápido.

"Diferente de buscas com as tecnologias anteriores do Windows Search, a pesquisa do menu início não olha apenas aos nomes de pastas e arquivos.

Considera-se o conteúdo do arquivo, tags e propriedades também" (Jim Boyce; Windows 7 Bible, pg 770).

Os resultados são mostrados enquanto você digita e são divididos em categorias, para facilitar sua visualização.

LEGISLAÇÕES

1. Resolução CNAS nº 145, de 15/10/2004 – Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Princípios, Diretrizes, Objetivos, Usuários, Assistência Social e as Proteções Afiançadas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade).....	01
2. Lei 12.435, de 06/07/2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	01
3. Resolução CNAS nº 109, de 11/11/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.	05
4. Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso.	06
5. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.	17
6. Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.	61
7.. Decreto/2009 – Política Nacional para a População em Situação de Rua.....	67
8. SINASE Lei n. 12594/2012.	69
9. Lei Nº 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente.....	82

1. RESOLUÇÃO CNAS Nº 145, DE 15/10/2004 – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS (PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS, USUÁRIOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS PROTEÇÕES AFIANÇADAS, PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 145, 15 DE OUTUBRO DE 2004
DOU 26/10/2004.

Aprova a Política Nacional de Assistência Social.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, considerando a apresentação de proposta da Política Nacional de Assistência Social - PNAS pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS em 23 de junho,

Considerando a realização de Reuniões Descentralizadas e Ampliadas do Conselho para discussão e construção coletiva do texto final da PNAS ocorridas respectivamente em 21 e 22 de julho de 2004 na cidade de Aracaju e em 21 e 22 de setembro de 2004, no Distrito Federal e,

considerando o disposto no artigo 18, incisos I, II, IV da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, em reunião do Colegiado de 22 de setembro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros a Política Nacional de Assistência Social.

Art. 2º - Aprovar, na reunião do Colegiado de 14 de outubro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros o texto final discutido e elaborado pelo grupo de trabalho – GT/ PNAS constituído pela Resolução N.º 78, de 22 de junho de 2004, publicada no D.O.U., de 02 de julho de 2004.

Art. 3º - O texto da Política Nacional aprovado constituirá o Anexo I da presente Resolução.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA MARIA BIONDI PINHEIRO
Presidente do CNAS

2. LEI 12.435, DE 06/07/2011, QUE INSTITUI O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011.

Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o Os arts. 2o, 3o, 6o, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28 e 36 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2o A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.” (NR)

“Art. 3o Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1o São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 2o São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente

para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 3o São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18." (NR)

"Art. 6o A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6o-C;

III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;

V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e

VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

§ 1o As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

§ 2o O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei.

§ 3o A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome." (NR)

"Art. 12

II - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;

IV - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para seu desenvolvimento." (NR)

"Art. 13. I - destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;

II - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local;

VI - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento." (NR)

"Art. 14.

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos de Assistência Social do Distrito Federal;

VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;

VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito." (NR)

"Art. 15.

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;

VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;

VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito." (NR)

"Art. 16. As instâncias deliberativas do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

Parágrafo único. Os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições." (NR)

"Art. 17.

§ 4o Os Conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do art. 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica." (NR)

"Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

§ 1o Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 2o Para efeito de concessão deste benefício, considera-se:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Pedagogo

1. Desenvolvimento motor, cognitivo e psicossocial.	01
2. Corporalidade e movimento.	08
3. Artes na Educação Infantil.	13
4 Aprendizagem por meio de atividades lúdicas.	13
5.Recreação e Lazer.	23
6. Aprendizagem por meio de diferentes linguagens.	24
7. Cuidar e Educar na Educação Infantil.	31
8. Ensino e aprendizagem por meio de projetos.	34
9 Os princípios de conviver, brincar, participar, explorar, comunicar e conhecer - se.	34
10. Uso das tecnologias na educação.	36
11. Diversidade: integração e inclusão.	39
12. A função social da educação.	41
13. A participação social do jovem e adulto na sociedade contemporânea.	43
14. Alternativas de trabalho didáticos com jovens e adultos.	45
15. Educar e cuidar.	51
16. A documentação pedagógica (planejamento, registro, avaliação).	52
17. Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância e relação creche família.	57
18. As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis.....	71

1. DESENVOLVIMENTO MOTOR, COGNITIVO E PSICOSSOCIAL.

DESENVOLVIMENTO MOTOR

Estudos sobre o desenvolvimento humano têm recebido atenção desde 1920 (TANI, 1988), mas a primeira hipótese acerca do processo de desenvolvimento, foi a maturacional, relegando a um segundo plano o papel das experiências (GESELL apud TANI et).

A visão tradicional que explicava o desenvolvimento como um processo exclusivamente maturacional passou a ser questionada. Com a constatação de que a maturação não é o único mecanismo atuante no desenvolvimento, as características do ambiente e da tarefa numa dada execução motora ganharam atenção especial nos novos estudos (MANOEL).

Ainda de acordo com o mesmo autor, Prechtl (1997) argumenta que os movimentos fetais desempenham um papel crucial na regulação do desenvolvimento do próprio sistema nervoso, sendo o andar bípede um dos estados finais esperados referente aos primeiros doze meses de vida no que tange o desenvolvimento motor (cf. McGRAW apud TANI et al).

O desenvolvimento motor na infância caracteriza-se pela obtenção de um vasto repertório de movimentos, possibilitando que a criança adquira um amplo domínio dos elementos da motricidade como motricidade fina e global, equilíbrio, esquema corporal, organização espacial e temporal e lateralidade (ROSA NETO), a fim de que possam ser utilizadas em suas rotinas cotidianas.

Tudo é importante para a criança se desenvolver: jogos, aventuras, vivência com outras crianças, espaço físico natural. Nos últimos anos, mudanças sociais alteraram significativamente a estrutura de vida familiar, transformando radicalmente os hábitos cotidianos, diminuindo a autonomia das crianças e afetando seu desenvolvimento motor. É notório que a possibilidade de ação motora da criança vem diminuindo drasticamente como consequência dessa mudança de estilo de vida, bem como suas relações com a família e a sociedade em que estão inseridas.

Alguns conceitos de Desenvolvimento

- Desenvolvimento é um termo amplo que se refere a todos os processos de mudança pelos quais as potencialidades de um indivíduo se desdobram e aparecem como novas qualidades, habilidades, traços e características correlatas (PIKUNAS).

- O desenvolvimento humano envolve três áreas do comportamento (cognitiva, afetiva e psicomotora) que quando integradas promovem o desenvolvimento harmonioso do indivíduo (LIGIA).

- Desenvolvimento motor é um processo sequencial e continuado, relativo à idade, no qual um indivíduo progride de um movimento simples sem habilidades até o ponto de conseguir habilidades complexas e organizadas e, finalmente, o ajustamento destas habilidades que acompanham o envelhecimento.

- O desenvolvimento motor é um fenômeno que permeia a vida de todas as pessoas; ele possibilita a realização de atos motores essenciais à vida diária não só por sua excepcionalidade, mas também por sua ubiquidade (CONNOLLY), na medida que o estilo de vida exerce forte influência no desenvolvimento motor dos indivíduos (SANTOS).

- O desenvolvimento motor está relacionado às áreas cognitiva e afetiva do comportamento humano, sendo influenciado por muitos fatores (GALLAHUE E OZMUN). Dentre esses fatores, além dos já citados (aspectos ambientais e biológicos), podemos citar ainda que a criança sofre influência da família como determinante nesse processo de desenvolvimento.

- O desenvolvimento infantil segue padrões típicos, que descrevem o modo como importantes atributos e habilidades se desenvolvem e as idades aproximadas em que aparecem (SABBAG).

- O desenvolvimento pessoal e um estilo de vida saudável através de experiências práticas positivas resultam em uma melhora da performance global, condicionando o desenvolvimento de uma criança.

Movimento: aspectos biológicos, ambiental e familiar

O movimento é precioso e está presente em todos os momentos de nossa vida, da inabilidade para a habilidade e, novamente, para a inabilidade na idade avançada (KRETTCHMAR apud SANTOS, DANTAS E OLIVEIRA).

O corpo fala através do movimento, que é inerente ao ser humano. Através dele, as crianças conseguem se comunicar com a sociedade. O movimentar-se é de grande importância biológica, psicológica, social e cultural, pois, é através da execução dos movimentos que as pessoas interagem com o meio ambiente, relacionando-se com os outros, aprendendo sobre si, seus limites, capacidades e solucionando problemas (PAIM).

No domínio físico-motor, pesquisas mostram que em torno dos nove anos de idade as percepções de competência física decaem dramaticamente para meninos e meninas, porém meninos tendem a perceber-se mais competente fisicamente que as meninas (HARTER; NICHOLLS apud VALENTINI). Nesse sentido, a criança precisa sentir-se competente, pois quanto mais competente a criança se percebe, mais positivas são suas reações afetivas e mais motivadas esta criança se torna para a realização de novas tarefas (HARTER). Do contrário, crianças que se julgam poucos capazes de realizar diferentes tarefas buscam evitar novas possibilidades de aprendizagens (VALENTINI).

A precisão com que estas atividades motoras são executadas, bem como o julgamento que a criança desenvolve sobre estas competências afetam seu desenvolvimento

cognitivo, afetivo e motor (VALENTINI). O organismo adquire novas formas de comportamento em cima de ou a partir de capacidades adquiridas já existentes (PELLEGRINI).

Essas experiências motoras são de suma importância para o indivíduo em desenvolvimento (NETO et al, 2004). Desse modo, pode-se verificar que a organização do desenvolvimento se inicia na concepção, e os domínios motor, afetivo-social (conduta pessoal-social) e cognitivo (conduta adaptativa e linguagem) vão se diferenciando gradualmente (TANI et al). A aquisição desses movimentos é de vital importância para o domínio motor (PAIM).

As experiências motoras devem estar presentes no dia-a-dia das crianças e são representadas por toda e qualquer atividade corporal realizada em casa, na escola e nas brincadeiras (NETO et al).

É primordial que, tanto no ambiente familiar, escolar e/ou social, exista a preocupação em estruturar possibilidades para que a criança seja estimulada amplamente a dominar seus movimentos. Portanto, a atenção deve estar voltada para que a criança tenha acesso a um desenvolvimento motor adequado (NETO et al).

A sociedade atual já não permite que as crianças brinquem livremente pelas ruas da cidade dado o problema da falta de segurança, levando os pais a privar cada vez mais os filhos dos espaços livres, fazendo com que cada vez menos as crianças utilizem o corpo para explorar e descobrir o mundo que as rodeia (MATSUDO; MATSUDO apud NETO et al). Logo percebemos que as crianças estão cada vez mais sedentárias e inseguras e com menores possibilidades no desenvolvimento de sua motricidade, pois estão cada vez mais vivenciando experiências que visem o intelecto em detrimento às atividades motoras.

Várias autoridades em desenvolvimento da criança (GALLAHUE & OZMUN, PAIM, VALENTINI, SANTOS) concordam que do nascimento até os 6 anos as experiências que estas crianças adquirem, determinarão que tipo de adulto ela se tornará, demonstrando que a família, através das heranças genéticas desempenham papel crucial para esta fase.

A criança sofre influências negativas ao seu desenvolvimento face a erros na educação da família, quando esta superprotege ou deixam de dar estimulação necessária. A criança estimulada de forma ampla, por meio da exploração do meio ambiente, tem mais chances de praticar seus movimentos e, conseqüentemente, de dominá-los com facilidade. (TORRES e colaboradores). A cultura requer das crianças, já nos primeiros anos de vida e particularmente no início de seu processo de escolarização, o domínio de vários elementos (SANTOS), que servirão de alicerce para a aquisição de elementos da motricidade mais complexos.

É na fase escolar que a criança começa a vivenciar o mundo em que está inserido. Para isso precisamos criar ambientes favoráveis a fim de proporcionar o maior número de experiências motoras possíveis, pois nessa fase as experiências são pré-requisitos que permeiam essa vivência e que isso possa repercutir de modo positivo para uma fase adulta saudável e ativa.

Desse modo, quando chegam à escola, as diferenças individuais normalmente estão associadas a disparidades nos padrões de capacidades inatas que os alunos possuem

(SILVEIRA et al). A escola é um local privilegiado para dinamizar e mobilizar as crianças para a aprendizagem de novas culturas corporais e estilos de vida ativa.

Princípios do desenvolvimento

Segundo Manoel (1988) princípios da continuidade e progressividade do comportamento motor humano têm como expressão o próprio desenvolvimento motor.

De acordo com Corbin (1980), o desenvolvimento apresenta algumas características:

- **Princípio da Continuidade: o desenvolvimento inicia-se antes do nascimento e prossegue até a morte.**

- **Princípio da Totalidade: o desenvolvimento ocorre em todos os seus aspectos simultaneamente, quais sejam: intelectual, motor, social, emocional, outros.**

- **Princípio da Especificidade: apesar de ser global, desenvolvendo sempre todos os aspectos (motor, intelectual, social, emocional, outros), o desenvolvimento será enfatizado em um aspecto em cada situa**

- **Princípio da Progressividade: o desenvolvimento não ocorre de forma rápida. É um processo longo e lento, porém está sempre em evolução.**

- **Princípio da Individualidade: o desenvolvimento é diferente para cada pessoa, respeitando suas características e experiências.**

"Nenhuma teoria do desenvolvimento humano é universalmente aceita, e nenhuma sozinha explica todas as facetas do desenvolvimento humano" (PAPALIA & OLDS, 2000 apud SILVA E JUNQUEIRA, 2004), para isso, se faz necessário um amplo volume de leitura acerca da temática para que se possa complementar e explicar as informações do acervo dos mais variados estudiosos desta área.

Princípios do desenvolvimento humano (de acordo com Rice, 1998)

- Desenvolvimento é um processo contínuo durante todo o transcurso da vida, desde a fase pré-natal até a terceira idade (Life Span Development).

- Fatores Genéticos e fatores ambientais e sociais influenciam o desenvolvimento humano.

- Desenvolvimento reflete continuidade e descontinuidade em seu processo.

- Desenvolvimento é cumulativo. O desenvolvimento atual de uma pessoa é influenciado pelas experiências anteriores.

- Desenvolvimento inclui estabilidade e variabilidade. Determinados fatores da personalidade (por exemplo, temperamento) permanecem relativamente estáveis, enquanto outros, como, por exemplo, equilíbrio emocional e comportamento social podem mudar rapidamente.

- Desenvolvimento abrange fases cíclicas e repetitivas.

- Desenvolvimento implica diferenças individuais.

- Desenvolvimento reflete diferenças culturais.